



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA APOIO PEDAGÓGICO PARA EDUCANDOS E EDUCADORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC.

1.2. Da Especificação do objeto:

1.2.1. As especificações dos itens constantes no quadro de quantidades abaixo, deverão ser respeitadas seguindo estritamente sua descrição:

ITEM	DESCRIPTIVO	QTD
1.	<p>PROJETO TESOURO LITERÁRIO DO PROFESSOR Projeto composto por 16 títulos, com o objetivo para a formação continuada dos professores, oferecendo uma oportunidade de leitura e fundamentação teórica a todos aqueles que atuam diariamente nas salas de aula. ISBN: 978-65-555-129-7 LIVRO: EDUCAÇÃO ESPECIAL – CONCEITOS E PRÁTICAS Autor: Sergio Otavio Basseti ISBN 978-65-985107-7-0 Número de páginas: 320 Livro – VAMOS PENSAR UM POUCO? Lições ilustradas com a Turma da Mônica Autor: Mauricio De Sousa E Mario Sergio Cortella Número de páginas: 80 Livro – OS SETE SABERES NECESSÁRIOS À EDUCAÇÃO DO FUTURO Autor: Edgar Morin Coedição Unesco Número de páginas: 104 Livro – EDUCAÇÃO, ESCOLA E DOCÊNCIA: novos tempos, novas atitudes Autor: Mario Sergio Cortella Número de páginas: 128 Livro – A ESCOLA E O CONHECIMENTO: fundamentos epistemológicos e políticos Autor: Mario Sergio Cortella Número de páginas: 168 Livro – METODOLOGIAS ATIVAS: uma nova experiência de aprendizagem Autor: Cristine Soares Número de páginas: 152 Livro – AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: componente do ato pedagógico Autor: Cipriano Carlos Luckesi Número de páginas: 448 Livro – COORDENADOR PEDAGÓGICO E A FORMAÇÃO CONTÍNUA DO DOCENTE NA ESCOLA Autor: Isaneide Domingues Número de páginas: 176 Livro – QUALIDADE DO ENSINO E FORMAÇÃO DO PROFESSORADO Autor: Francisco Imbernón Número de páginas: 232 Livro – EDUCAÇÃO, CONVIVÊNCIA E ÉTICA: audácia e esperança! Autor: Mario Sergio Cortella Número de páginas: 120 Livro – JOGOS E BRINCADEIRAS NO ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL</p>	470





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

	<p>Autor: Telma Teixeira de Oliveira Almeida Número de páginas: 88 Livro – SABERES E AFETOS DO SER PROFESSOR Autor: Emilia Cipriano Sanches Número de páginas: 120 Livro – GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA Autor: Vitor Henrique Paro Número de páginas: 144 Livro – INTERDISCIPLINARIDADE - PENSAR, PESQUISAR E INTERVIR Organizadora: Ivani Catarina Arantes Fazenda Coord. Técnica: Herminia Prado Godoy Número de páginas: 288 Livro – EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIREITOS HUMANOS - PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS Organizadoras: Aínda Maria Monteiro Silva, Valdelúcia Alves da Costa Número de páginas: 192 Livro – EDUCAR COM A MATEMÁTICA – FUNDAMENTOS Autores: Anna Regina Lanner de Moura, Luciano Castro Lima, Manoel Oriosvaldo de Moura, Roberto Perides Moises Número de páginas: 384 Para acondicionar os livros, acompanha maleta personalizada, com fechamento em velcro e alça Mini Executiva para Facilitar o manuseio. Com As Seguintes Dimensões: 33 X 24 X 11,5 cm (L X A X P).</p>	
2.	<p>PROJETO: FUTUROS LEITORES Composição: 300 livros indicados para o Ensino Fundamental, com o objetivo de estimular a cognição, desenvolvimento e a leitura. Acompanha uma Estante em formato de Urso, plotada em ambos os lados, com 93 cm de largura, 70 cm de profundidade e 1.10 cm de altura, com rodinhas de silicone, personalizada para cada coleção, facilitando a locomoção e organização dos livros. O objetivo do Projeto Futuros Leitores é proporcionar às crianças:</p> <ul style="list-style-type: none">• A conexão com a cultura popular da qual faz parte, inclusive agregando referências de outras culturas;• O conhecimento de diferentes costumes, povos e épocas;• A descoberta de sentimentos e emoções desconhecidos, não nomeados ou que estão confusos em seu interior;• O estímulo da empatia, propiciando o entendimento da perspectiva do outro, a compreensão das ações e dos sentimentos alheios;• Assimilação do comportamento leitor, que se dá pela mediação do educador nos intercâmbios sociais gerados nas diversas situações comunicativas, dentre as quais a leitura e a contação de histórias.• O aprimoramento da capacidade criadora e imaginativa, propiciado pelo universo fantástico das histórias;• Fácil interação, manuseio e organização dos livros. <p>ISBN DO PROJETO: 9788538064190</p>	18
3.	<p>PROJETO: BIBLIOTECA MÁGICA ISBN: 9786587715162 Projeto Composto por 69 Livros Indicados para Crianças a partir do 0 a 7 anos. Projeto com o objetivo de estimular o interesse pela leitura desde os primeiros anos de vida. Desenvolver habilidades cognitivas e linguísticas por meio do contato com histórias e desenhos. Criar uma conexão afetiva entre a criança e o universo da literatura. Fomentar a criatividade e a imaginação, proporcionando histórias mágicas e envolventes. Os livros possuem uma linguagem simples e de fácil compreensão, adequada para crianças em fase de alfabetização ou que estão descobrindo as primeiras palavras. A ideia é incentivar a leitura de forma autônoma desde cedo.</p>	32





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

	Acompanha caixa plástica com plotagem personalizada para o Projeto e livro do Educador (16 páginas) com dicas de como utilizar as mais variadas obras da biblioteca e como incluí-las de maneira mais proveitosa e divertida nas aulas.	
4.	PROJETO LEITURA: "ABRAÇANDO COM HISTÓRIAS ENSINO I" O projeto ABRAÇANDO COM HISTÓRIAS busca incentivar a formação de indivíduos leitores, através de histórias com onde a criança sente – se parte daquilo que ele. Onde ela possa obter uma identificação, ter sua curiosidade aguçada, não ter vergonha de seus medos e incluída no mundo em que vive. Com livros muito coloridos, ilustrações que prendem a atenção, de linguagem acessível, material resistente e no formato que facilita seu manuseio, conforme a idade do leitor oferecemos uma variedade de títulos que podem estar a disposição na biblioteca da escola, local este que permite a criança mergulhar no mundo da leitura e proporciona para o leitor novas experiências. Tipos de livros: Brochura em diferentes tamanhos Temas que desenvolvemos: família, afetividade, amizade, folclore, educação patrimonial, imaginação, responsabilidade, culinária, educação ambiental, gêneros textuais entre outros. Quantidade de títulos: 41 Os livros deverão ser acondicionados numa caixa personalizada com a descrição do Projeto Abraçando com Histórias Anos Iniciais – 2.	16
5.	PROJETO LEITURA: "ABRAÇANDO COM HISTÓRIAS ENSINO II" ISBN: 9786589214267 O projeto ABRAÇANDO COM HISTÓRIAS busca incentivar a formação de indivíduos leitores, através de histórias com onde a criança sente – se parte daquilo que ele. Onde ela possa obter uma identificação, ter sua curiosidade aguçada, não ter vergonha de seus medos e incluída no mundo em que vive. Com livros muito coloridos, ilustrações que prendem a atenção, de linguagem acessível, material resistente e no formato que facilita seu manuseio, conforme a idade do leitor oferecemos uma variedade de títulos que podem estar a disposição na biblioteca da escola, local este que permite a criança mergulhar no mundo da leitura e proporciona para o leitor novas experiências. Tipos de livros: Brochura em diferentes tamanhos Temas que desenvolvemos: família, afetividade, amizade, folclore, educação patrimonial, imaginação, responsabilidade, culinária, educação ambiental, gêneros textuais entre outros, Quantidade de títulos: 8 Contendo 08 livros de literatura que abordam educação patrimonial, amizade e conflitos da adolescência, aventura, História e Geografia, entre outros temas. Os livros deverão ser acondicionados numa caixa personalizada com a descrição do Projeto Abraçando com Histórias Anos Finais – 3.	10

1.2.2. O objeto em questão é caracterizado como **COMUM**.

1.2.3. Esta contratação tem como objetivo a **aquisição de livros didáticos e literários** para apoio pedagógico de educandos e educadores da Rede Municipal de Ensino. Esta ação é considerada prioritária pela gestão educacional da Prefeitura Municipal, tendo em vista sua relevância para a promoção de uma educação pública de qualidade e para o desenvolvimento integral dos alunos. A necessidade da aquisição foi identificada por meio de diagnósticos realizados junto a educadores, gestores e alunos, os quais apontaram diversas demandas emergentes no contexto educacional





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

municipal. Dessa forma, a aquisição de livros didáticos e literários para uso nas escolas municipais atende a uma necessidade concreta e estratégica, representando um investimento essencial para a garantia do direito à educação e para a consolidação de uma rede de ensino cada vez mais equitativa, inclusiva e eficaz.

1.2.4. Prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.2.5. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a **renovação dos quantitativos** registrados, até o limite do quantitativo original.

1.2.6. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O Município não dispõe de Plano de Contratações Anual.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice a este documento.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A realização do procedimento será através de **LICITAÇÃO**, na modalidade de **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**. Diante da homogeneidade do objeto e da necessidade de garantir a uniformidade do material didático em todas as escolas, bem como de facilitar a gestão do fornecimento, controle e distribuição, entende-se que o critério de julgamento mais adequado é o de **“Menor Preço Global”**, conforme previsto no art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

4.2. A escolha pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** fundamenta-se na contratação de serviço comum e que permite a flexibilização do quantitativo a ser contratado, dado procedimento de registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens para contratações futuras.

4.3. A escolha da forma de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL** ocorre pelo fato de proporcionar maior atratividade de licitantes e apresentação de propostas mais competitivas, mantendo a ampla concorrência entre os participantes do processo.

4.4. Não será permitida a participação de **CONSÓRCIOS**, uma vez que não se trata de contratação complexa ou de grande vulto, sendo que esta restrição não prejudica a ampla concorrência.

4.5. Não será permitida **SUBCONTRATAÇÃO** total ou parcial do objeto da contratação.

4.6. Nos termos da Lei Municipal nº 3.019/2023 será dado tratamento favorecido para contratações com empresa **ME/EPP LOCAL E REGIONAL**.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

4.7. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, **caso o município julgue necessário**, a empresa vencedora deverá apresentar amostra dos produtos ofertados, em sua integralidade, em até 05 (cinco) dias úteis após a sessão. Esses materiais serão analisados e caso sejam reprovados, a empresa será automaticamente desclassificada. Passando a ser vencedora a segunda colocada, e assim sucessivamente deverá apresentar amostra, até que haja o aceite do material que melhor atenda aos requisitos solicitados.

4.8. Não haverá exigência de garantia da contratação nos termos dos art. 96 e seguintes da Lei 14.133/2021. Visando atender à demanda das escolas municipais, é necessária a contratação, por meio de licitação, de empresa especializada para o fornecimento de livros didáticos e literários.

4.9. A contratada deverá atender às diretrizes curriculares nacionais e municipais.

4.10. A contratada deverá apresentar documentos que comprovem sua qualificação técnica, os quais serão explicitados no Termo de Referência e no respectivo Edital. Esses documentos devem incluir, entre outros, certificados de experiência anterior na área de fornecimento de materiais didáticos e comprovações de projetos semelhantes realizados.

4.11. A empresa contratada deverá garantir que todos os livros fornecidos atendam a critérios rigorosos de qualidade.

4.12. A contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos no contrato. Qualquer atraso deverá ser comunicado imediatamente à Secretaria Municipal de Educação, acompanhado de justificativa e um plano de ação para mitigar os impactos do atraso.

4.13. A empresa deverá disponibilizar um canal de atendimento para suporte às escolas e professores, garantindo que dúvidas e dificuldades relacionadas aos materiais sejam rapidamente resolvidas.

4.14. Em caso de produtos danificados ou com defeito, a contratada deverá oferecer garantia de substituição, sem ônus para o município, dentro de um prazo previamente estabelecido.

4.15. Esses requisitos visam assegurar a qualidade e a eficiência no fornecimento dos materiais, garantindo que as necessidades educacionais do município sejam plenamente atendidas.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O objeto será executado conforme especificações técnicas do Termo de Referência e proposta vencedora.

5.2. Os serviços deverão ser executados de acordo com as demandas da Secretaria Municipal da Educação.

5.3. O prazo de entrega do objeto será de **até 30** (trinta) dias **após o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF)**.

5.4. Os serviços descritos na solicitação, deverão ser realizados no endereço indicado pela Secretaria Municipal de Educação.

5.5. A contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos no contrato. Qualquer atraso deverá ser comunicado imediatamente à Secretaria Municipal de Educação, acompanhado de justificativa e um plano de ação para mitigar os impactos do atraso.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- 5.6. A empresa deverá disponibilizar um canal de atendimento para suporte às escolas e professores, garantindo que dúvidas e dificuldades relacionadas aos materiais sejam rapidamente resolvidas.
- 5.7. Em caso de produtos danificados ou com defeito, a contratada deverá oferecer garantia de substituição, sem ônus para o município, dentro de prazo de até 30 (trinta) dias.

6. MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 6.1. O objeto deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.4. Ficam nomeados como Gestor do Contrato o **Sr. Adnan Schwinden de Souza, matrícula 11.751** e Fiscal do Contrato o **Sr. Ederson da Rosa, matrícula 5568**.
- 6.5. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, e seu suplente, quando for o caso.
- 6.6. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.8. Cabe ao gestor do contrato coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.9. O gestor do contrato deverá acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.10. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções e enviar a documentação pertinente ao setor





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

- 6.11. Toda comunicação entre a Administração e a Contratada deverá ser formal, por escrito, através do e-mail educacaosantoamaroimp@gmail.com. O uso do telefone ou outros meios de comunicação poderá ser adotado apenas para situações urgentes ou de caráter operacional imediato, não substituindo a formalização posterior por escrito, quando necessária. A Administração poderá estabelecer canais e prazos específicos para resposta, conforme a criticidade da demanda.
- 6.12. Para a execução do objeto será formalizado contrato, cuja minuta acompanha o Edital de licitação, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Termo, o Edital e Proposta de Preços da empresa vencedora.
- 6.13. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 6.14. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da(s) empresa(s) vencedora(s), os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.15. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.16. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 6.17. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 6.18. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
 - 7.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 7.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 7.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
 - 7.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 7.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - 7.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- 7.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 7.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 7.1.9. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 7.1.10. não enviar proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 7.1.11. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 7.1.12. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 7.1.13. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 7.1.14. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração;
- 7.1.15. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 7.1.16. fraudar a licitação;
- 7.1.17. não executar o total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 7.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 7.2.1. Advertência
 - 7.2.2. Multa
 - 7.2.3. Impedimento de licitar e contratar
 - 7.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 7.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 7.3.2. As peculiaridades do caso concreto
 - 7.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 7.3.4. Os danos que dela provierem para a administração pública
 - 7.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 Dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 7.5. Para infrações as previstas nos itens 7.1.9, 7.1.10, 7.1.11, 7.1.12 e 7.1.13, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 7.6. Para as infrações previstas nos itens 7.1.14 e 7.1.15 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- 7.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 7.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 7.1.9, 7.1.10, 7.1.11, 7.1.12 e 7.1.13, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 7.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações acima dispostas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da lei n.º 14.133/2021.
- 7.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, descrita no item caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 7.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização.
- 7.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 7.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 7.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 7.16. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

- 8.1. O Município efetuará o pagamento à Contratada mediante apresentação de nota fiscal, acompanhada da certidão de regularidade com as Fazendas Municipal, Estadual, Dívida Ativa da União e Tributos e Contribuições Federais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista e da Certidão de Regularidade com FGTS.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- 8.2. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminando as especificações, a quantidade, o valor unitário e o valor total, devidamente atestada pelo setor competente, e dar-se-á mediante ordem bancária.
- 8.3. Havendo erro na Nota Fiscal, contestação ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que esta providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 8.4. As Notas Fiscais emitidas pela Contratada deverão especificar no corpo da Nota fiscal, o número do respectivo empenho e os dados bancários da Contratada, além de relacionar a quantidade dos produtos, indicando o preço unitário em reais (R\$), o preço total em reais (R\$) e, por fim, o preço global da Nota Fiscal em reais (R\$).

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 9.1. Os fornecedores serão selecionado por meio de **LICITAÇÃO**, na modalidade de **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.
- 9.2. Deverá comprovar os seguintes requisitos de **Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista**:
- 9.4.1. **Pessoa física**: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.4.2. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.4.3. **Microempreendedor Individual** - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.4.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.4.5. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 9.4.6. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.4.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 9.4.8. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

- 9.4.9.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 9.4.10.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso, (CNPJ ou CPF).
- 9.4.11.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.4.12.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.4.13.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.4.14.** Provar de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.4.15.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.4.16.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.4.17.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 9.3.** Para fins de **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá comprovar os seguintes requisitos:
- 9.5.1.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 9.5.2.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 9.4.** Para fins de **Qualificação Técnica**, deverá comprovar os seguintes requisitos:
- 9.6.1.** Deverá ser apresentada Comprovação de aptidão de desempenho de atividade pertinente ao objeto, por meio de CERTIDÃO OU ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de notória idoneidade.
- 9.6.2.** O(s) Atestado(s) deverá(ão) conter a identificação do signatário, claramente identificada a razão social e o CNPJ do licitante.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- 9.6.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.6.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 1.122.971,04 (um milhão, cento e vinte e dois mil, novecentos e setenta e um reais, quatro centavos).**

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. A dotação orçamentária a ser utilizada na eventual contratação será proveniente da Secretaria demandante, no orçamento de 2026, por meio de emenda parlamentar, a qual será especificada na autorização de fornecimento.

12. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 12.1. Quanto a questão dos impactos ambientais, o uso de materiais duráveis é considerado também um critério de sustentabilidade e este elemento está presente na compra de livros, haja vista a natureza do objeto. A futura contratada deverá adotar, no que couber, as disposições de regramento pertinentes ao tema, respeitando o funcionamento adequado, utilizar insumos de origem comprovada e descartar os resíduos oriundos dos serviços de maneira adequada, conforme os ditames sanitários e ambientais previstos em lei e normas correlatas.

13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 13.1. Fornecer **à(s) empresa(s) vencedora(s)**, a qualquer tempo e com o máximo de presteza, todos os esclarecimentos necessários para execução do objeto e demais informações que esta venha a solicitar.
- 13.2. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do contrato.
- 13.3. Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à Contratada, após o cumprimento integral das obrigações e formalidades legais.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- 13.4. Anotar em registro próprio e notificar à Contratada por escrito a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.
- 13.5. Informar **à(s) empresa(s) vencedora(s)** nome e telefone do gestor do contrato e seus respectivos fiscais mantendo tais dados atualizados.
- 13.6. Relacionar-se com a **à(s) empresa(s) vencedora(s)** exclusivamente com pessoa por ela credenciada.
- 13.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 13.8. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 13.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 14.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 14.2. Entregar o objeto com as características exigidas no contrato e de acordo com a legislação vigente pertinente, sendo vedadas soluções alternativas para consecução do objeto, ressalvadas as hipóteses de expressa anuência por parte da Administração.
- 14.3. Reparar, corrigir, remover, trocar, substituir, no prazo estabelecido, às suas expensas, os produtos que atenderem aos mencionados nesse termo de referência, assim como aqueles que se verificarem vícios.
- 14.4. Cumprir rigorosamente o Edital e os prazos estabelecidos, sujeitando-se à Lei Federal nº 14.133/2021.
- 14.5. Executar diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidade ou subcontratações não autorizadas pelo Contratante.
- 14.6. Comunicar à Prefeitura Municipal, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- 14.7. Manter a Prefeitura informada quanto a mudanças de endereço, telefones e e-mail de seu estabelecimento.
- 14.8. Atender prontamente qualquer exigência de fiscalização inerente ao objeto fornecido.
- 14.9. Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições habilitatórias, em especial, no que se refere ao recolhimento de impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto, as quais são imprescindíveis para a emissão de pagamentos de qualquer natureza.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- 14.10.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência, conforme artigo 121 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 14.11.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.
- 14.12.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

15. DOS CASOS OMISSOS

- 14.1.** Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

Santo Amaro da Imperatriz, 11 de novembro de 2025.

Ederson da Rosa

Setor de Compras

Adnan Schwinden de Souza

Secretário Municipal de Educação

